

Base aliada é suicida, diz presidente

Valor Econômico
16 MAI 2001

Taciana Collet
De Brasília

Ao discursar durante seminário em comemoração ao primeiro ano da Lei de Responsabilidade Fiscal no Palácio do Itamaraty, o presidente Fernando Henrique Cardoso fez uma análise de sua base de apoio no Congresso Nacional. Reconheceu que, para fazer as reformas necessárias no Estado, teve de contar com o apoio de forças fisiológicas, mas que, ao apoiar as mudanças, esse mesmo grupo decretou seu próprio fim. "Temos de entender que ainda estamos mudando dentro de um paradigma em que forças que vão ter de apoiar as mudanças são forças que muitas vezes estão se suicidando. E não é fácil fazê-las chegar

ao suicídio", destacou. "Ou se tem as maiorias ou não se muda nada", disse.

Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, o presidente afirmou que ela foi um "divisor de águas" e provocou uma mudança de mentalidade. E lembrou que, na época em que era ministro da Fazenda, não havia mecanismos de controle, a relação entre o Tesouro e o Banco Central era de "caixa preta" e o Orçamento, uma peça de ficção. "Quando era ministro, eu tinha o arbítrio, porque cortava o que queria. E ao ter o arbítrio, mantinha o clientelismo. Nós fomos acabando com isso progressivamente".

O presidente Fernando Henrique Cardoso defendeu-se ontem das acusações de que o governo utilizou a liberação dos recursos

do Orçamento para impedir a CPI da Corrupção. FHC ressaltou que não há como o Executivo discriminar verbas "em favor de A, B ou C", e que todo gasto feito tem a aprovação do Congresso, não podendo ultrapassar os limites definidos pela lei orçamentária.

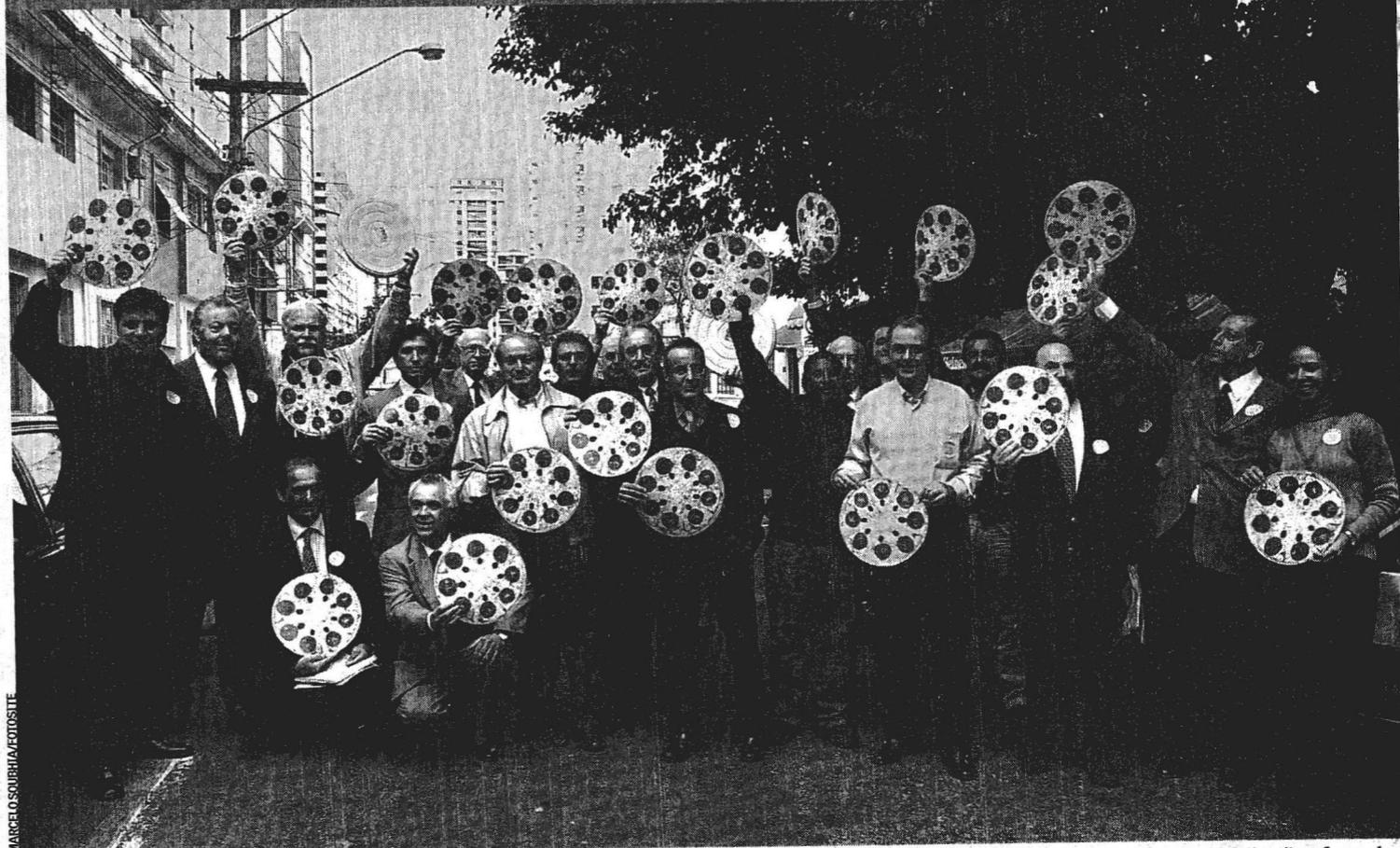
O presidente também frisou que a liberação de qualquer verba é realizada de forma transparente e está disponível na internet pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi).

"Por que fingir que as coisas não são corretas quando elas são? Se não o forem, está bem! Mas quando é fácil verificar se são, por que fazer esse escândalo do que não é escandaloso? Senão, o escândalo é o uso político da ética", queixou-se. "Isso não é

intelectualmente correto porque se está fazendo uma relação de causa e efeito onde não existe", acrescentou FHC.

Os dados do Siafi mostram que nos últimos dez dias o governo liberou R\$ 91,9 milhões para atendimento de emendas dos parlamentares. São recursos da rubrica "restos a pagar" do Orçamento de 2000 para programas sociais liberados pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano. Nos quatro primeiros meses do ano, a verba para esses projetos não ultrapassou R\$ 16 milhões. "Crescentemente não há espaço para a chamada fisiologia, a menos que, como no regime militar, se proíba o congressista de apresentar e aprovar emendas", rebateu o presidente.

Pizza para viagem



Os empresários paulistas ligados ao PNBE enviaram ontem aos senadores 81 embalagens de pizza contendo um manifesto a favor da cassação dos senadores José Roberto Arruda (sem

partido-DF) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), envolvidos na violação do painel eletrônico do Senado. "O povo já fez seu julgamento e não aceita que tudo acabe em pizza,

como acabará caso os responsáveis pela violação do painel eletrônico não sejam julgados e punidos", diz o manifesto. Pesquisa realizada entre os associados do PNBE mostrou que

98% dos empresários são a favor da abertura do processo de cassação. Desse total, 96% são favoráveis à cassação de ACM e 100% querem a perda de mandato de Arruda.